

---

## O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso

---

Rosa Maria Medeiros  
Eduardo Magalhães Ribeiro

### Resumo

O presente artigo discute aspectos do trabalho feminino nas estratégias desenvolvidas por agricultores familiares mineiros para garantirem o acesso e a permanência à terra. Foram desenvolvidos estudos de caso em duas comunidades – uma de constituição mais antiga, Boa Vista, município de Itaguara, MG e outra recentemente constituída, o Assentamento Dom Orione, Betim, MG – onde foi possível observar a importância do papel da mulher, com sua luta e seu trabalho, na composição das estratégias familiares. A comunidade de Boa Vista vem sofrendo alterações na dinâmica produtiva das famílias em decorrência do declínio da renda agrícola, fazendo com que o artesanato em tear, que é uma tradição da comunidade, ganhe importância econômica cada vez maior. Esta atividade envolve todos os membros da família, mas são as mulheres que se destacam por coordenarem as atividades e por serem elas as artesãs, conhecedoras do ofício. A nova importância do artesanato em tear vem redefinindo as relações de gênero na família e também fora dela. Isso não traz, no entanto, mudanças mais profundas no padrão cultural: apesar de modificar mulheres e homens, eles mantêm e reafirmam as relações de gênero e, nestas, a subordinação do papel feminino. Já a história de vida das famílias que estão no Assentamento Dom Orione revela aspectos de alteração do padrão de comportamento e do papel da mulher na família. De origem rural, essas famílias viveram intensos processos migratórios, motivadas pela busca de terra e trabalho. As mulheres representaram força de trabalho, de organização comunitária e desempenharam papel fundamental na criação de filhos e cuidados com a família. Destaca-se que o Assentamento está localizado na região metropolitana de Belo Horizonte e as famílias dedicam-se principalmente a atividades agrícolas, não sendo marcantes as atividades não agrícolas desenvolvidas por elas. Assim, o trabalho agrícola feminino torna-se auxiliar e subordinado ao homem. Além disso, a participação das mulheres na gestão comunitária se dá apenas de forma secundária, ocupando postos de menor poder político. O ambiente agrícola desse espaço rural que é, ao mesmo tempo, muito próximo do urbano, exerce fortes mecanismos de controle do papel desempenhado pelas mulheres.

Palavras-chave: agricultura familiar, trabalho feminino, mulher rural.

### The role of women in family farming two case studies

#### Abstract

This articles discusses aspects of female labour in the strategies developed by farming families from Minas so as to ensure both access to and permanence in farmlands. Case studies have been carried out in two communities- one of which being an old constitution, Boa Vista, in Itaguara, MG, the other being a newly consituted unit, Assentamento Dom Orione, in Betim, MG- where it was possible to observe the importance of women's role with their struggle and labor in the composition of family strategies. The Boa Vista community has been experiencing changes in the families' production dynamics due to the decline in income from farming activities, causing handcraft work to gain greater and greater economic importance. Such activity involves all family members, but it is the women who outstand for coordinating the related activities and for being, themselves, the artisans, the connoisseurs of the office. The new importance of handcraft work done in loomshas redefined gender relations in and out of the family nucleus. However, that does not bring deeper changes in cultural patterns. In spite of modifying men and women, they not only keep, but also reaffirm gender relations, female subordination included. As for the life history of the families from Assentamento Dom Orione brings to light aspects of alterations in women's behaviour patterns and roles. Of rural origin, these families have undergone intense migratory processes, motivated by the search for land and work. Women stood for labour force of communitary organization and played a fundamental role in children raising and family care. It is important to mention that the community in question is located in the metropolitan boundaries of Belo Horizonte, and the families are devoted mainly to farming activities, the non-farming activities performed by them not being the chief ones. Thus, female farm work becomes auxiliary and subordinated to men's. Besides, women's participation in the gestion of the community is of secondary importance, occupying positions of smaller political strength. The farming environment in this rural space which lies next to the urban space strongly controls the role played by women.

Key words: family farming, female labour, rural woman.

## 1 Introdução

O debate sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento no Brasil - inclusive como razão para viabilização de reforma agrária - tomou corpo nos anos 1980, fruto de diversas lutas de trabalhadores rurais. Naquele período, um aspecto muito debatido a respeito desse setor produtivo se referia à sua importância para o abastecimento do mercado interno em gêneros alimentícios diversificados, garantindo a segurança alimentar da população.

Nos anos 1990, a reestruturação produtiva e mudanças na economia diminuem os postos de trabalho formal, crescendo o número de pessoas envolvidas em atividades informais, tanto nas cidades como no campo (Singer, 1999; Martine, 1994; Pochmann, 1999).

Nessa década, a agricultura e o meio rural brasileiro sofreram mudanças com a redução dos recursos públicos destinados ao setor, principalmente para crédito agrícola. A abertura comercial, com importação de produtos agrícolas subsidiados nos países de origem, faz entrar no país produtos mais baratos que os nacionais. Como consequência, houve redução das áreas plantadas, tanto com lavouras temporárias como permanentes, e também da diversidade da pauta produtiva. Ao mesmo tempo, cresceram os investimentos e aumentou o nível da produtividade. A abertura ao mercado internacional e o incremento de produtividade levaram à queda dos preços dos produtos agrícolas, acarretando a queda de rentabilidade das atividades agropecuárias (Silva, 1995; 1997; Ribeiro & Oliveira, 1999; Silva et al., 1996).

Portanto, a agricultura brasileira ficou mais especializada, mais tecnificada e mais intensa; ao mesmo tempo, ocupa menores áreas e também menos trabalhadores. O trabalho assalariado agrícola diminuiu e cresceu o número de pessoas que se dedicaram às atividades agropecuárias para autoconsumo, principalmente na agricultura familiar. Também aumentou o número de pessoas que trabalham na agricultura em tempo parcial e a quantidade de agricultores pluriativos<sup>1</sup> (Silva, 1997; Kageyama, 1998).

Quem permaneceu no campo nos anos 1990, tendeu a diversificar suas atividades e fontes de renda. Silva (1995), analisando dados da PNAD/IBGE entre os anos 1981/90, verificou o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural e destacou que, entre os indivíduos com domicílio rural, aqueles ocupados com atividades não agrícolas passaram de 3,1 milhões em 1981 a 5,2 milhões, em 1990; houve uma taxa de expansão de 6% a.a. contra 0,7% a.a. dos ocupados em atividades agrícolas. As atividades não agrícolas que cresceram nesse período estão relacionadas às indústrias de transformação (agroindústrias), serviços, comércio, turismo, lazer e preservação do meio ambiente. O autor identifica esse fenômeno como o “novo rural”, referindo-se inclusive a atividades que ganham importância econômica pela capacidade de gerar emprego e renda, ao valorizar a natureza e o espaço rural enquanto objetos de consumo.

O estudo sobre ocupação e emprego na agropecuária mineira, realizado por Ribeiro & Oliveira (1999), demonstra que nos anos 1990 ocorreu uma grande redução no pessoal ocupado no campo – 24,81% - entre 1985 e 1996. Essa redução atingiu mais aos homens que às mulheres, desempregou mais os trabalhadores temporários, ocupados em atividades exclusivamente agrícolas e que atuavam em estabelecimentos maiores que 100 hectares. Ou seja, também em Minas Gerais os pequenos estabelecimentos de agricultura familiar foram os responsáveis por reter grande parte da população que permaneceu ocupada no campo nesta década.

Portanto, nos anos 1990, o debate em relação à importância da viabilização da agricultura familiar adquire novo enfoque, dado por sua capacidade de gerar ocupações e trabalho, sendo responsável por grande parte daqueles que permaneceram ocupados no campo.

A participação do trabalho feminino na agricultura familiar sempre foi subestimada. Pelo fato de as mulheres serem, na naturalização das atribuições de gênero, as responsáveis pela reprodução social do grupo, as atividades produtivas desenvolvidas por elas são consideradas como parte das tarefas atribuídas ao papel de mãe e esposa, consideradas “ajuda” e “complementares” àquelas desenvolvidas pelos homens.

Segundo Melo & Sabbato (2000), as mulheres do meio rural têm a ideologia patriarcal muito mais introjetada em seu comportamento do que outras. Dados da PNAD de 1998 apontam que a proporção delas ocupadas sem remuneração é significativamente mais elevada na agropecuária do que em outros setores da economia. As autoras verificaram que 41,3% das mulheres ocupadas no campo se envolvem com trabalho para o autoconsumo. Dentre elas, 72,8% declararam trabalhar menos de 15 horas semanais, enquanto que para os homens essa proporção é de apenas 31,4%. Esses dados reforçam a idéia que as próprias mulheres têm a respeito do seu trabalho, como sendo parte de suas obrigações femininas, definidas nas relações de gênero. A

<sup>1</sup> Para Kageyama (1998), um agricultor “pluriativo” é aquele que empreende atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora do estabelecimento rural, obtendo diferentes tipos de remuneração como rendimentos, rendas em espécie e outras. A autora considera que há uma evolução do conceito de “agricultura de tempo parcial” para “empregos múltiplos” e depois para “pluriatividade”, ampliando assim “o valor relativo às atividades e condições externas à agricultura, bem como às relações que são estabelecidas entre unidades produtivas e os contextos regionais, especialmente os mercados de trabalho” (Kageyama, 1998: 3). Assim, conclui ser de grande importância para esse tipo de estudo o entendimento da economia local como referência de análise, mais importante até que a delimitação rural-urbana.

fragilidade de sua condição fica evidente quando mais de 80% das trabalhadoras rurais não recebiam rendas monetárias, enquanto esta proporção é de 30% para os homens<sup>2</sup>.

A grande diferença na participação de cada um dos sexos nos rendimentos monetários gerados deixa clara a desvalorização do trabalho das mulheres; a importância econômica do seu trabalho raramente é computada pelas estatísticas. Algumas pesquisas, no entanto, contribuem para uma noção da sua dimensão. Segundo dados da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, as mulheres respondem por 40% da força de trabalho rural. Na agricultura familiar elas representam 36,2% das pessoas ocupadas (Abramovay & Silva, 2000).

Para Minas Gerais, Pisa & Ribeiro (1999) mostram o crescimento da participação feminina no total do pessoal ocupado na agropecuária no período 1985-1996, que passou de 24,51% para 26,16%. Os autores observaram que esta maior ocupação feminina ocorreu nos menores estabelecimentos, ocupando 79,51% das mulheres que trabalhavam na agropecuária em 1996. Sua maior participação relativa e absoluta ocorreu como membros não remunerados da família; mulheres representam 33,58% do total do pessoal ocupado nesta categoria.

O objetivo deste artigo é compreender o lugar da mulher nas sociedades rurais. Para isto, procura analisar aspectos do trabalho feminino nas estratégias desenvolvidas por agricultores familiares mineiros para garantirem o acesso e a permanência à terra. Foram realizados estudos de caso em duas comunidades: Boa Vista, município de Itaguara, MG, e o Assentamento Dom Orione, Betim, MG. A história de vida das mulheres, a partir das famílias, possibilitou a compreensão da importância do seu papel nas lutas e no trabalho, compondo as estratégias familiares e também a percepção que as próprias mulheres possuem da sua posição na família, na comunidade e na sociedade de forma mais ampla.

## 2 Referencial teórico: a mulher na agricultura familiar

Na literatura sobre agricultura camponesa e agricultura familiar observa-se a preocupação com a racionalidade que as governa. Para suprir as necessidades da família ou grupo, a agricultura camponesa cria estratégias a fim de que sejam mantidas as condições de reprodução ao longo das gerações.

Vários autores, analisando diferentes sociedades, explicam as estratégias adotadas pelos agricultores, destacando, por exemplo, a diversidade dos sistemas de cultivos que desenvolvem, adaptados aos recursos naturais e materiais disponíveis, permitindo estabelecer relação positiva entre população e ambiente. Também desenvolvem atividades não agrícolas (indústria doméstica rural) para o suprimento de necessidades como vestuário, ferramentas e utensílios domésticos; intensificam o uso da força de trabalho familiar a fim de satisfazer às necessidades do grupo; procuram serviços acessórios ou assalariados, o que leva o agricultor a dedicar apenas parte do seu tempo de trabalho às atividades agrícolas; migram temporariamente, a fim de obter recursos financeiros para a sua reprodução como camponeses e definitivamente, principalmente os jovens, devido à impossibilidade de permanência no meio rural. Por ser dono da terra, geralmente o camponês é estimulado a trabalhar mais que o assalariado, o que o leva, inclusive, a diminuir suas exigências de consumo ao mínimo (Kautsky, 1968; Chayanov, 1974; Wolf, 1976).

Analisando a situação do campesinato russo no início do século XX, Chayanov (1974) investigou algumas relações que podem contribuir para o entendimento da agricultura familiar hoje. O autor explica que esta organização se baseia no entendimento da família como núcleo definidor da capacidade de trabalho e distingue a estrutura interna do campesinato não como organização da produção, mas como uma organização da atividade econômica da força de trabalho. Ou seja, o que define a quantidade de trabalho existente para suprir as necessidades do grupo são a composição (número de homens e mulheres) e o desenvolvimento (idade dos membros) da família. Desde a constituição até o envelhecimento e morte do chefe da família, ela passa por diferentes estágios de desenvolvimento<sup>3</sup>.

É por ser o trabalho organizado a partir da família, onde as relações seguem parâmetros de divisão de atividades entre os membros do grupo conforme sexo e idade, que torna-se fundamental compreender os espaços femininos e masculinos, determinantes das relações de gênero na família e na sociedade. Este é o foco deste artigo. Certamente essas relações são diversas nas várias sociedades e igualmente específicas no

---

<sup>2</sup> O critério para apurar a população ocupada na agropecuária pela PNAD/IBGE, a partir de 1992, é chamado de critério amplo e abrange os ocupados remunerados e os não remunerados com jornada de trabalho semanal de 15 horas semanais e mais, e também os ocupados na produção para autoconsumo e os não remunerados com jornada semanal inferior a 15 horas. Este critério explicita melhor a participação feminina na agropecuária (Melo & Sabbato, 2000).

<sup>3</sup> É importante deixar claro aqui que o agricultor familiar atual está relacionado ao modo de produção capitalista, construindo estratégias com lógicas próprias, guardando apenas algumas semelhanças com o camponês analisado por Chayanov. A dinâmica do trabalho familiar chayanoviano tem sido um importante recurso para análise de sociedades rurais; consultar, por exemplo, Woortmann (1990) e Garcia Jr. (1989). Como Chayanov, vários outros autores destacaram a importância de compreender a família para se analisar o rural: Kautsky (1968), Shanin (1979), Tavares dos Santos (1978), Woortmann & Woortmann (1997), entre outros.

Brasil dos anos 2000. Alguns estudos contemporâneos que relacionam o tema com a experiência de vida de agricultores familiares são importantes para a compreensão da questão.

A divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos. Às mulheres correspondem atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo. Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica (Heredia, 1979; Paulilo, 1987; Abramovay & Silva, 2000; Rua & Abramovay, 2000; Woortmann, 1992).

Ao estudar agricultores familiares na Zona da Mata pernambucana, Heredia (1979) procurou entender as relações existentes entre produção e consumo para aquele grupo. Os distintos papéis destes espaços, que são ao mesmo tempo complementares e opostos, concretizam o verdadeiro antagonismo existente na sociedade patriarcal: o masculino-feminino. O espaço de produção – como áreas de cultivo, pastos, curral – é masculino, onde o pai de família coordena as atividades a serem desenvolvidas. O espaço de consumo – casa e quintal – é considerado feminino, pois é a mãe quem orienta as tarefas, geralmente com a cooperação das filhas moças e crianças. Cada membro do grupo ocupa um espaço de acordo com o sexo e idade: a mãe, as crianças e filhas pertencem à esfera doméstica, apesar de freqüentemente realizarem atividades no espaço de produção. Já os filhos homens, a partir de 12 anos, trabalham nas lavouras com o pai, podendo eventualmente executar algum trabalho individual, a fim de garantir recursos para seu próprio uso.

O espaço de consumo não tem razão de ser se não há o espaço de produção; por isso há subordinação das atividades domésticas e de seus arredores àquelas relacionadas com a produção. Além disso, os menores preços dos produtos oriundos do quintal (frutas, verduras, frangos e ovos) em relação aos produtos das lavouras (milho, feijão, farinha) reforçam o caráter secundário do trabalho feminino<sup>4</sup>. Como é o homem quem deve suprir a casa (unidade de consumo) com os alimentos necessários para a família, ele fará isso através de seu trabalho direto nas áreas de cultivos ou ainda através da venda e compra de mercadorias. Assim, o espaço público, onde acontecem as relações comerciais, é também masculino.

A oposição masculino-feminino vivenciada no cotidiano dos agricultores familiares define uma condição implícita para a reprodução do grupo: o fato de as mulheres nem sempre serem contempladas na herança da terra. Entende-se que, por não serem diretamente responsáveis por nada que envolva a terra ou resulte diretamente do produto mercantilizado do trabalho - como lavouras e comercialização dos produtos - elas não deverão receber terra em herança. Ou, quando recebem, deverão negociá-la por intermédio de um homem, o irmão ou marido. Na verdade, a elas muitas vezes é limitado o direito de negociar e ser proprietária de terra (Moura, 1978; Heredia, 1979).

A herança é uma forma de compensação àquele que sempre trabalhou na terra do pai, é o reconhecimento deste trabalho. Ao considerarem as atividades realizadas pelas mulheres na produção agrícola, não como trabalho, mas sim “ajuda”, excluem-nas da partilha. A elas cabe um “dote” que irá contribuir para a nova família no momento do casamento. Entretanto, se uma filha não se casa, não recebe esse “dote”; tampouco é estimulada a permanecer na terra, uma vez que seu reconhecimento social só ocorre por meio do casamento e não por meio do seu trabalho (Woortmann, 1990; Heredia, 1979; Woortmann & Woortmann, 1993).

Nas falas sobre o trabalho e a reprodução familiar nessas sociedades o espaço da mulher é segregado. Relaciona-se à idéia do *não trabalho* das mulheres, ou de que seu trabalho é *leve*, que apenas representa uma *ajuda*; em oposição há o trabalho *pesado* dos homens; por isso toca às mulheres a *não herança* e a *não (ou menor) remuneração*. Paulilo (1987) analisa vários processos de trabalhos agrícolas e as atribuições que os caracterizam como *pesado* ou *leve*. Constata que essas atribuições variam de região para região, ou seja, o que é denominado trabalho leve em um determinado lugar é considerado pesado em outro. Portanto, o que está em evidência não é a força física necessária para executá-lo e sim quem o realiza: trabalhos realizados por mulheres e crianças são considerados *leves*; trabalhos realizados por homens são considerados *pesados*. A essa classificação estão associadas diferentes remunerações, sendo maiores para o trabalho *pesado*, realizado pelos homens, e menores para o trabalho *leve*, feito pelas mulheres (Paulilo, 1987). Uma consequência

---

<sup>4</sup> Melo & Sabbato (2000) reafirmam esses aspectos quando analisam os dados da PNAD/ IBGE para o período de 1993-1998. Segundo as autoras, a proporção de mulheres ocupadas nas lavouras e pecuária é menor que a dos homens, enquanto que estão em proporção maior do que eles nas atividades de horticultura, criação de aves e pequenos animais. Como esses itens respondem por apenas 12,4% do valor total da agropecuária, e lavoura e pecuária respondem por 83,8%, permitem colocar a mulher num papel subordinado e dependente em relação ao homem.

imediate dessa designação é a sobrecarga de atividades para elas, implicando na realização de dupla jornada de trabalho.

O tipo de atividade que as mulheres desenvolvem na agricultura depende dos padrões culturais e sociais existentes para um determinado grupo. Mas, em geral, sua maior participação ocorre nas lavouras, pecuária, horticultura, criação de aves e pequenos animais, destinados sobretudo ao autoconsumo da família. Em Minas, as mulheres atuam expressivamente nas lavouras temporárias, lavouras permanentes, na produção mista e na pecuária<sup>5</sup>.

Como já foi colocado, a maior parte do trabalho feminino para o autoconsumo da família ocorre no espaço doméstico, que é de âmbito privado. No entanto, em momentos críticos, as próprias mulheres passam a explicitar publicamente suas necessidades, assumindo responsabilidades, posturas e papéis considerados masculinos. Tornam-se *visíveis* no espaço público ao participarem ativamente da luta pela terra (Rua & Abramovay, 2000), da luta pela sobrevivência em momentos de seca, como na região semi-árida nordestina (Fischer, 2000), na busca de empregos temporários ou assalariamentos em serviços urbanos ou agrícolas, no trabalho com o artesanato, envolvendo-se nos processos de comercialização e associativismo (Angulo, 2002). Esses momentos podem ser analisados como impulsos importantes para a independência da mulher rural e para o seu auto-reconhecimento como cidadã e sujeito de sua própria história. Todavia, percebe-se que essa visão não se concretiza, não transformando de forma mais profunda as relações de gênero no meio rural. Valores culturais como família e suas relações hierárquicas e o bem-estar comum em sobreposição à individualidade são alguns aspectos que prevalecem marcantes entre as famílias de agricultores.

### 3 Metodologia

Para compreender as relações de gênero e as estratégias adotadas por agricultores familiares, foram realizados estudos em dois grupos muito diferentes. O primeiro, de constituição mais antiga, situa-se na comunidade de Boa Vista, município de Itaguara, Minas Gerais. O outro, formado por agricultores que tiveram acesso à terra pela reforma agrária, vive no Assentamento Fazenda Dom Orione, município de Betim, MG.

Esses grupos foram escolhidos pelo retrato diferenciado de suas histórias de constituição. As trajetórias femininas são aqui entendidas como histórias de vida, ou seja, biografias de mulheres, podendo referir-se ou não a deslocamentos geográficos, conforme o caso<sup>6</sup>.

Partindo de uma perspectiva qualitativa, a pesquisa utilizou o estudo de caso. Muitos pesquisadores descrevem esse tipo de pesquisa como uma atividade interativa, da qual se procura entender as relações sociais, as interpretações realizadas pelos diferentes atores a partir dos seus pontos de vista, sabendo-se que estes não são definitivos. O caráter provisório, dinâmico e específico marca as questões sociais (Haguette, 1987; Alencar & Gomes, 1998; Minayo, 1994). Portanto, no processo de pesquisa, a cada coleta de dados seguiu-se uma análise parcial dos mesmos, permitindo reformular algumas questões ao longo da pesquisa, como compreender melhor a especificidade do trabalho feminino, ou o papel da mulher no conjunto das estratégias adotadas pelas famílias de agricultores, ou significado disso para as próprias mulheres.

Nesta pesquisa, a unidade de estudo considerada foi a família, definida como o grupo de pessoas com laços consanguíneos, vivendo no mesmo domicílio. A partir daí, foi possível estruturar a análise, compreendendo suas relações comunitárias e sociais mais amplas. É na família que se forma a estrutura psíquica do indivíduo, sendo o espaço social de definição de hierarquia de poder entre sexos e também entre as gerações. Assim, a família é espaço de referência emocional e afetiva, mas também de conflito entre seus membros (Bruschini, 1989).

Para o trabalho de campo<sup>7</sup> foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com algumas famílias de cada local, a partir de roteiros pré-elaborados, além de observações “in loco” e anotações no caderno de campo. Procurou-se, no entanto, seguir alguns parâmetros que levariam a uma maior diversidade das famílias entrevistadas, como composição e idade de seus membros, localização geográfica na comunidade, condição de uso da terra ou tempo de moradia no local e principais atividades produtivas. A partir desses critérios, as famílias entrevistadas sugeriram outras que pudessem corresponder aos propósitos da pesquisa. Foram entrevistados mulheres, homens, filhas e filhos, conforme a disponibilidade. Dessa maneira foram obtidas informações que permitiram sistematização e análise.

<sup>5</sup> Aproximadamente 35% das mulheres ocupadas na agropecuária em Minas Gerais dedicam-se à pecuária (Pisa & Ribeiro, 1999).

<sup>6</sup> Esse esclarecimento se faz necessário devido à comum associação do termo “trajetória” referindo-se a trajetórias migratórias e/ou deslocamentos geográficos. Para maiores esclarecimentos ver Medeiros (2001).

<sup>7</sup> “Campo” de pesquisa é entendido por Minayo como sendo o “recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, na realidade empírica a ser estudada” (Minayo, 1994: p. 53).

Na comunidade de Boa Vista foram entrevistadas 29 famílias, que representam 15% do total dos moradores (estima-se que ali existam aproximadamente 200 famílias, espalhadas em vários locais). No Assentamento Fazenda Dom Orione foram entrevistadas 17 famílias, representando 43% do total.

A pesquisa desenvolveu-se entre abril e novembro de 2000 e foi realizada em três etapas. A primeira teve caráter exploratório, com o objetivo de estabelecer contato inicial com algumas pessoas e apresentar os propósitos do estudo. Também procurou-se obter conhecimento geral do espaço físico ocupado pelos dois grupos: número de famílias do local, principais atividades desenvolvidas, histórico da ocupação, informações gerais sobre parentesco, área abrangida pela comunidade, serviços existentes, como escola, serviços de saúde, sistemas de transporte; comercialização de produtos; mediações governamentais e não governamentais e suas influências sobre o grupo.

A segunda etapa permitiu as primeiras explorações temáticas, buscando-se o conhecimento a respeito da família, como, por exemplo, sua origem e trajetória. Além disso, foram buscadas informações a respeito da área explorada com agricultura e pecuária, a condição de uso da terra, as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pela família, as formas de utilização da mão-de-obra e as principais fontes de renda.

A participação da mulher, tanto em atividades domésticas quanto produtivas, apresentou-se como questão a ser mais aprofundada nos dois casos. Em Boa Vista, o trabalho com artesanato em tear (portanto uma atividade não agrícola) parecia representar grande importância na organização do orçamento familiar, dando “visibilidade” a elas. No Assentamento, a participação intensa em atividades agrícolas não representava retornos monetários para elas, sendo seu trabalho considerado “invisível”. Além disso, destacava-se a atuação feminina na organização social e política das comunidades; procurou-se, então, compreender melhor o significado do papel da mulher, tanto na esfera doméstica como na esfera comunitária.

Na terceira etapa, procurou-se conhecer mais detalhadamente as rotinas de trabalho dos diferentes membros da família, destacando-se as mulheres, buscando compreender a percepção da família em relação ao trabalho feminino, sua importância para a composição do orçamento e patrimônio familiar. No Assentamento Dom Orione buscou-se saber também, a partir das trajetórias de vida das famílias - e nelas, das mulheres -, quais mudanças ocorreram em suas vidas após o assentamento. Essa etapa foi realizada em dois momentos, sendo que o segundo teve como objetivo ampliar a amostra pesquisada a fim de obter maior segurança a respeito das informações encontradas até então.

## 4 Boa Vista

A comunidade de Boa Vista fica no município de Itaguara, região central do estado de Minas Gerais, distante 20 quilômetros da sede administrativa, sendo seu acesso relativamente limitado.

As famílias entrevistadas nesta pesquisa representam o total de 114 pessoas, das quais 57,89% são do sexo masculino e 42,11% são do sexo feminino. Boa parte de seus membros está na idade adulta (31 a 50 anos). As famílias não são muito grandes, sendo comum encontrar mulheres de 30 a 40 anos com apenas um ou dois filhos e que não pretendem ter mais. No caso estudado, chama a atenção o fato de que dezoito famílias tinham entre um e três filhos, e apenas três famílias tinham mais de dez.

Lá, as famílias agricultoras diversificam suas atividades para a composição da renda, mesclando agricultura, pecuária, serviços gerais e artesanato em tear mineiro; este feito, sobretudo, pelas mulheres. Produzem parte de seus alimentos, como arroz, feijão, milho e mandioca. Colhem também produtos do quintal como frutas, café, hortaliças e criam pequenos animais. Pouco se vende ou se troca desses produtos. Algumas famílias criam gado e plantam cana e capim para suplementar a alimentação dos animais na estação seca.

A divisão do trabalho entre os membros da família permite visualizar as contribuições de ambos os sexos no que se refere às atividades produtivas e reprodutivas. A princípio, os homens têm o dever de suprir as necessidades alimentares por meio do trabalho agrícola e da criação de gado. Os bens que não são produzidos na terra devem, teoricamente, ser conseguidos pela venda de serviços para fora do terreno da família<sup>8</sup>. Pais e filhos homens são os responsáveis, portanto, por atividades produtivas na unidade de produção e também em espaços diferentes deste.

As mulheres, juntamente com as filhas, são responsáveis por garantir a reprodução social da família; suas atividades ocorrem no âmbito doméstico, o espaço por excelência de consumo. Os cuidados com a casa, os filhos, o preparo das refeições, a produção do quintal, o processamento de alimentos (produção de polvilho, farinha de mandioca e queijo) e o tear são algumas das suas atribuições.

Elas também envolvem-se diretamente com as atividades de produção agrícola, ficando, então, sob a coordenação dos homens. Algumas entendem isso como “ajuda” a eles, e afirmam trabalhar na agricultura somente quando há muito serviço acumulado. Mas, observa-se que tanto eventual quanto sistematicamente,

---

<sup>8</sup> Herédia (1979) observa o mesmo entre lavradores do Nordeste do país.

tanto complementando quanto representando uma reserva de força que equivale à masculina, mulher, nessa comunidade, indiscutivelmente, associa-se a trabalho.

É ao artesanato em tear que elas mais se dedicam. Este é um costume e uma arte que é passada de mãe para filha, há muitos anos. As meninas aprendiam a tecer entre os 10 e 12 anos de idade, somente observando as mais velhas. Quando em uma família havia mais de uma moça que já sabia tecer, costumava-se ajudar a outras (parentes ou vizinhas), pois não havia um tear para cada uma. Assim, o tear e atividades como descarçar algodão, cardar e fiar, proporcionavam trocas de serviços e encontros entre as mulheres para fazer tarefas maiores.

Há mais tempo, o trabalho no tear supria diretamente as demandas de vestuário e outros acessórios para a família, como cobertas e toalhas. Atualmente, vem assumindo uma contribuição cada vez mais importante na renda das famílias, em decorrência do declínio da renda agrícola. Elas dedicam-se a confeccionar produtos para venda sob encomenda - como colchas para cama, toalhas e centros de mesa, panos de bandeja, tapetes e outros.

Para se chegar ao ponto de tecer, muitas horas e dias de serviço são gastos, tanto de mulheres e moças, como também de homens, crianças e idosos. São várias as etapas do trabalho: “dobrar” os fios de linha, urdir, arrumar o tear, fazer os novelos para preencher os tecidos (atividade denominada como encher canelas), tecer, cortar e arrematar. Todo o trabalho é coordenado pelas mulheres. São elas que detêm o conhecimento do ofício, identificando-se, profissionalmente, como artesãs.

Arrumar o tear e tecer são consideradas as tarefas mais importantes. A elas são dedicados tempos contínuos do trabalho das mulheres, que chegam a 4 ou 5 horas seguidas. As demais tarefas, como dobrar linha, urdir, encher canelas e arrematar, são consideradas fáceis e acessórias (apesar de serem essenciais para o trabalho), podendo, por isso, ser realizadas ao longo do dia, entre outras tarefas domésticas, ou ainda por crianças, idosos ou homens, quando estão desocupados. Portanto, o tear permite que as mulheres conciliem atividades domésticas com uma atividade remunerada. No entanto, isso acaba por ampliar sua jornada de trabalho.

Algumas mulheres que não tecem realizam esses trabalhos para outras, podendo trocá-los por outros serviços ou favores, ou ainda receber pagamentos em dinheiro.

O trabalho em tear tem grande importância para a socialização das mulheres na comunidade. Essa socialização se inicia enquanto são crianças: as meninas fazem atividades secundárias, como dobrar as linhas e encher canelas. Quando moças, passam a tecer, aprendendo um ofício que irá garantir-lhes ocupação e renda para suas necessidades individuais (roupas, calçados, produtos de beleza e higiene pessoal), para o próprio enxoval e, ainda, algumas economias para o momento do casamento. Fazem, com este trabalho, boa parte de seu “dote”<sup>9</sup>.

Existe uma sucessão dessa atividade de mãe para filha: enquanto são crianças, colaboram com as mães nos serviços gerais da casa e também no tear. À medida que vão aprendendo a tecer, as mães passam por sua vez a cooperar, dobrando linha, colocando no tear e enchendo canelas; algumas mães deixam de tecer, ou deixam de ser a artesã principal da família quando sua filha moça passa a fazê-lo.

A maioria das artesãs da comunidade é ligada à Associação Municipal de Artesãos de Itaguara. Ao participarem da Associação, adquirem experiências a respeito das possibilidades e limites dessa forma de trabalho e ampliam sua participação na sociedade de forma mais ampla e mais cidadã.

Assim, o artesanato permite que relações sociais externas à comunidade sejam estabelecidas, partindo das mulheres. As formas de comercialização de seus produtos destacam a participação feminina no processo. Elas costumam receber encomendas de pessoas que vão à própria comunidade ou ainda às casas das artesãs. Outras vezes elas tecem por conta própria e vendem para comerciantes da cidade – o Centro de Artesanato, sede da associação de artesãos, ou ainda outros lojistas.

Dessa forma, elas vão ocupando um espaço para além da casa - o público, onde ocorrem relações comerciais – geralmente masculino, e tomam conhecimento das condições a que estão submetidas no processo de produção e comercialização do artesanato. As artesãs têm certo conhecimento das desvantagens econômicas a que estão sujeitas, pois os preços pagos pelos produtos são considerados baixos, fazendo com que elas afirmem que o “trabalho do tear não compensa financeiramente” ou que “leva-se três dias de serviço para (comprar a passagem) ir para Itaguara”; e ainda pela demora dos prazos para receber o dinheiro da venda.

A renda gerada com a venda dos tecidos é destinada a bens que variam conforme a família: produtos de higiene e limpeza, roupas, consultas médicas, remédios, contas de luz, mensalidades do sindicato, utensílios

---

<sup>9</sup> O trabalho em tear feito pelas filhas moças equivale ao roçado individual ou “roçadinho” descrito por Heredia (1979). Os “roçadinhos” são pequenas áreas de terra destinadas ao trabalho individual dos filhos e filhas, naquele local estudado. A autora analisou que ele tem um importante papel no processo de socialização dos filhos, uma vez que é onde aprendem e aperfeiçoam as técnicas do trabalho agrícola, as normas de comportamento exigidas por esse trabalho e, à medida que aumentam as necessidades de consumo dos filhos, seus produtos são destinados a supri-las. O tear, em Boa Vista, proporciona meios para que as filhas façam suas despesas e, sobretudo, tenham um ofício especializado, que poderá acompanhá-las por toda a vida.

domésticos, móveis e, claro, a própria linha utilizada na tecelagem. Algumas mulheres, ainda, pagam tratamentos dentários; outras, fazem economias para a reforma da casa. Quando falam do rendimento, elas costumam ser muito modestas, ou mesmo tímidas:

*“Só dá para comprar essas coisinhas”.*

(Senhora R., 43 anos)

*“Dá pra gente ganhar uma beiradinha”.*

(Senhora L., 39 anos).

Ao verbalizarem como “secundário” o seu trabalho e os bens adquiridos com ele, demonstram a importância que dão aos recursos de alimentação, manutenção do patrimônio familiar e do gado, que são providos, majoritariamente e culturalmente, no domínio do trabalho masculino<sup>10</sup>. No entanto, ponderam que a despesa da casa é diversa, e o tear permite, com seu produto, o suprimento delas – também cultural e simbolicamente importantes – que passam a ser responsabilidade feminina. Revalorizam assim, à margem, o seu trabalho e autonomia de renda:

*“Numa casa não tem só a despesa de comida. É muita coisa que gasta”* (Senhora P., 34 anos).

*“As mulheres daqui não deixam conta pra marido pagar”* (Senhora E., 23 anos).

Entretanto, é possível perceber certo acanhamento por parte das mulheres quando se referem aos ganhos com seu trabalho e à contribuição dele para as despesas domésticas. É como se não pudessem afirmar que esta renda é importante, ou, às vezes, até a mais importante:

*“O trabalho da mulher ajuda em casa, não é muito pouco (...) Não compro semente porque o dinheiro não dá, já pago muita coisa.”* (Senhora P., 34 anos)

Mesmo sendo considerada pequena a remuneração pelo trabalho realizado no tear, observa-se que possibilita arcar com boa parte das despesas da família, principalmente aquelas relacionadas à saúde, vestuário e melhoria da moradia e do ambiente doméstico. A obtenção de recursos para o suprimento extralimentar recai, sutilmente, sob a responsabilidade feminina. Mas elas não explicitam a importância da sua renda para a família.

## 5 Assentamento Dom Orione

O Assentamento Dom Orione está localizado no município de Betim, região metropolitana de Belo Horizonte. Ocupa área de aproximadamente 200 hectares onde se encontram assentadas 39 famílias. Metade delas era de antigas posseiras na área e outra metade veio com a ocupação da terra. Diferentemente das famílias de Boa Vista, que são originárias daquele lugar e contam casos dos antepassados e antigos moradores, as famílias do Assentamento têm origens e histórias bem diversificadas. Elas trazem, em suas raízes, a história do campesinato brasileiro, excluído do processo de desenvolvimento. Sua mobilidade espacial pelo território nacional se relaciona com a busca por terras nas áreas camponesas e com as conjunturas de desenvolvimento do país<sup>11</sup>.

A inserção do Assentamento no contexto urbano e industrial de Betim lhe confere certas particularidades. Ele faz divisa com algumas propriedades rurais e também com bairros urbanos, como Petrovale, Santa Rita e Jardim Nazareno. Fica distante 10 quilômetros do centro da cidade e o acesso é facilitado pelo tráfego de transporte coletivo dentro do assentamento. Outros municípios também estão próximos, como Sarzedo e Ibirité. A refinaria Gabriel Passos, da Petrobrás e a FIAT Automóveis são duas das importantes indústrias que se encontram em suas imediações (INCRA, 1997).

Essa localização permite que as famílias estabeleçam intensas relações com o ambiente urbano dos municípios e seus bairros. No entanto, isso se manifesta de forma bastante conflituosa, sendo ora positiva, ora negativa. Os bairros urbanos permitem acesso à escola, ao atendimento à saúde e lazer. É onde muitos assentados têm parentes e amigos, sendo também local de moradia de algumas das famílias; a

<sup>10</sup> A idéia de principal-masculino e secundário-feminino associa-se à relação feita por Paulilo (1987).

<sup>11</sup> Historicamente os camponeses brasileiros deslocaram-se por áreas rurais e fronteiras agrícolas (Martins, 1981); a partir dos anos 1930 parte deles orientou-se para áreas urbanas com emprego em expansão (Martine, 1994).

comercialização daquilo que é produzido no assentamento, as compras de mantimentos e outros bens necessários às famílias acontecem nesses locais.

Mas a proximidade urbana em demasia traz, às vezes, certos problemas como o avanço da cidade sobre as terras rurais do assentamento e a construção de casas em parte dos lotes que fazem divisa com os bairros, roubos de mantimentos em lavouras, de animais nos quintais e de objetos pessoais nas casas dos agricultores. Além desses, existe outra ordem de problemas que está relacionada diretamente à proximidade do ambiente urbano e rural: a qualidade dos recursos naturais, principalmente a água.

No entanto, a proximidade do assentamento com cidades e indústrias não proporciona, necessariamente, ligações por meio de trabalho urbano: as famílias dedicam-se principalmente ao trabalho agrícola e apenas poucas pessoas desenvolvem atividades não agrícolas no próprio lote.

As famílias que estão assentadas são de origem rural, algumas delas com experiências de luta por terra vivenciadas em tempos anteriores ao assentamento, em suas regiões. Fizeram diferentes trajetórias migratórias, com experiências de trabalho rural e urbano e, naquele momento, encontravam-se desempregadas ou com dificuldades para arrumar ocupações produtivas, moradia e sustento.

Entre as 17 famílias entrevistadas, totalizando 79 pessoas, 45 são do sexo masculino (56,9%) e 34 são do sexo feminino (43,03%). Esta população é majoritariamente jovem, o que difere do observado na comunidade de Boa Vista, onde predominam os adultos. No assentamento, metade do grupo pesquisado encontra-se na faixa etária entre 0 e 20 anos, sendo que quase 30% estão na faixa de 11 a 20 anos e 21% estão na faixa de 0 a 10 anos. Mas existem também famílias mais idosas morando ali; geralmente o casal e somente alguns de seus filhos. É comum que um dos membros receba aposentadoria.

As famílias têm mais filhos do que aquelas de Boa Vista: o número total é 98, com uma média de 5,76 filhos por mulher, bem acima da média nacional. Mas apenas 48,9% deles vivem no assentamento com seus pais. Os que não estão ali moram em bairros de Betim próximos ao assentamento e em municípios vizinhos como Sarzedo, Bom Jardim, Brumadinho, Contagem e Belo Horizonte. Há casos de alguns filhos que moram na cidade ou região de origem da família; outros, em estados como São Paulo e Distrito Federal, tendo migrado com os pais, ou ainda ido por conta própria.

A busca pela terra e trabalho, tanto por famílias jovens como as mais idosas, marcou suas trajetórias e histórias de vida. Em sua maioria, são originárias das regiões Nordeste de Minas, Vale do Rio Doce, Norte do estado e também da região central (Campo das Vertentes). Nos anos 1980/90, as poucas perspectivas de encontrar terras nas fronteiras agrícolas, o baixo crescimento econômico e a redução da oferta de empregos nas cidades grandes fizeram com que os agricultores migrantes direcionassem seus caminhos para cidades de médio porte. A migração de retorno para o local de origem ou então para sua região, passou a ser uma opção para essas famílias a partir dos anos 1980<sup>12</sup>.

A falta de opção de trabalho e ocupação em outros setores da economia, principalmente para trabalhadores com pouca qualificação e escolaridade formal, faz com que famílias jovens vejam no assentamento e, portanto, no trabalho agrícola, a perspectiva de garantir condições mínimas para o sustento dos filhos:

*“Para a gente, que não tem estudo, é difícil arrumar emprego na cidade. Hoje, se você não tem pelo menos o segundo grau, fica difícil viver na cidade”.*

(Senhor A., 54 anos)

Para as pessoas de idade mais avançada, o assentamento representa o “porto seguro”, a “terra prometida”, o ponto de parada definitivo de seus processos migratórios.

Representando a população que é obrigada a sair do seu local de origem por diversos motivos, migrantes idosos e jovens encontram-se no assentamento. Uns como posseiros, outros vindos com a ocupação para a apropriação definitiva da terra; uns com grandes trajetórias migratórias, outros com trajetórias mais curtas; uns com algum capital inicial, outros somente com a força de trabalho; uns com objetivos de obter rendimentos econômicos para a criação da família, outros com o objetivo de ter uma ocupação, local de moradia e complementação do orçamento familiar por meio do plantio para o autoconsumo. Todos esses aspectos se misturam entre as famílias que vivem no assentamento, provocando uma grande diversidade de interesses, afinidades e, não raro, conflitos entre elas.

As histórias das famílias revelam a grande importância da mulher: mãe e dona de casa, mas também força de trabalho para atividades agrícolas, produtoras de renda complementar para a família quando se assalariavam, ou dando estímulo para a organização e luta por melhores condições de vida.

---

<sup>12</sup> Durante a década de 1981/1991, as migrações de retorno para Minas Gerais representaram 47,7% do total dos imigrantes do período (Carvalho et al., 1998; Martine, 1994).

As mulheres contam histórias marcadas pelas emoções, com lembranças de um tempo anterior ao assentamento, de muito sofrimento. São freqüentes os relatos daquelas que trabalharam em vários serviços na agropecuária e de vidas muito movimentadas à procura de um lugar definitivo para viver. Suas lembranças estão intensamente relacionadas com a vida ainda do seio da família original (pais e irmãos), ou após o casamento, passando a ter como referência o próprio marido. Em seus relatos é comum que não saibam ou não explicitem, por exemplo, os motivos das várias mudanças que fizeram, evidenciando, assim, sua subordinação às famílias, sob autoridade masculina.

Algumas mulheres saíram de seus locais de origem ainda solteiras. Expressam sua coragem e também solidão quando afirmam que foram “criadas pelo mundo”.

Nas atividades agrícolas, realizavam qualquer tipo de serviço e comparam sua capacidade de trabalho à masculina:

*“Eu era o pé de boi”* (dona R., 34 anos).

*“Trabalhava igual homem”* (dona L., 37 anos).

As experiências de assalariamento urbano são contadas por elas enfatizando seu lado positivo: tiveram bons patrões, que as ajudavam e davam certa proteção familiar; recebiam salários que lhes proporcionavam independência e “ajudavam” nas despesas familiares. Em geral, foram empregadas domésticas, passadeiras ou lavadeiras, trabalhadoras em confecções.

Mulheres também tomaram iniciativa de participar dos movimentos sociais em busca de melhoria das condições de vida para suas famílias. Dona L. se orgulha em dizer, em relação ao seu marido e à luta por terra:

*“Eu é que levei ele pra luta”* (senhora L., 54 anos).

Outra senhora, L. (37 anos), conta que sempre realizou as mesmas atividades no trabalho agrícola que seu marido, além das tarefas domésticas e educação dos filhos. Participou de ocupação de terreno urbano, com grupo de sem-casa e enfrentou violência policial, arriscando sua vida e a de seus filhos. Afirma que “alguém tinha que ficar no lote” enquanto seu marido trabalhava. Como a família precisava dela, enfrentou seus medos e permaneceu na área. Quando indagada sobre o desejo de continuar seus estudos, L. deixa clara sua prioridade:

*“Sempre teve uma desculpa: os meninos (...). Depois, é muito difícil, vou ter muito serviço (dificuldades). Tem que priorizar Z e os meninos. Eles precisam mais. Z. sai mais, vai pras reuniões...”*

Apesar de sempre ter realizado as mesmas atividades no trabalho agrícola que seu marido, no assentamento dona L. participa da associação e afirma não faltar a nenhuma reunião. No entanto, quando se trata dos seus estudos e da oportunidade de viabilizá-los, recua diante do medo de enfrentar a “dificuldade” do seu próprio aprendizado.

Dona I e Dona D são irmãs e já plantavam naquela área antes de efetivado o assentamento. Recordaram, com muita emoção, o tempo em que eram crianças e viviam numa usina de açúcar, em município próximo a Montes Claros, no norte de Minas. Contam com detalhes sobre o local onde moravam e sobre a infância junto aos pais e irmãos. Dona D tem uma filha moça, cujos estudos se orgulha em poder proporcionar; dona I tem sete filhos e o menor estava com apenas alguns meses de vida no momento da pesquisa. Elas não são casadas e, assim, podem ser titulares de seus lotes; administram tudo, desde as atividades até o uso dos recursos de crédito. O assentamento, para elas, é local de trabalho, uma vez que moram em bairro próximo e todos os dias, pela manhã, vão para o terreno onde plantam para o consumo, criam pequenos animais e produzem biscoitos em uma pequena indústria rural. São mulheres que já sofreram muito e lutam para ter vida digna e garantir a autonomia que conquistaram, mas nem por isso se sentem felizes e acolhidas, como eram no tempo de infância. Por levarem uma vida diferente das demais famílias do assentamento - não moram lá, não têm maridos e trabalham com indústria de biscoitos - sentem certa discriminação. O quanto podem se defendem e protegem-se das pessoas, evitando encontros ou participação em reuniões.

A atenção nas falas das mulheres permite compreender que elas valorizam as mudanças que ocorreram em suas vidas ao afirmarem que “já sofreram muito”, em contraposição ao “não sofrimento” no assentamento. O “sofrimento” diz respeito às incertezas quanto ao trabalho, à moradia e à falta de perspectiva para o futuro, resultando nos grandes deslocamentos migratórios que fizeram. A “tranqüilidade” do assentamento traz alguns indicadores da melhoria de qualidade de vida: casa, local para plantio, acesso à escola, a associação. Ao ressaltarem que “não sofrem mais”, referem-se à situação de extrema necessidade por que passaram, estando agora em melhores condições.

Apesar do “sofrimento” anterior, as mulheres gostam de falar daquele período, pois era também tempo de relativa liberdade: o trabalho assalariado lhes proporcionava renda e alguma autonomia; as lutas e participação nos movimentos sociais eram espaços que elas ocupavam com poder de decisão.

Assim, por outro lado, elas revelam certa insatisfação com a vida no assentamento. Isso reflete a consciência que têm das dificuldades do trabalho agrícola, onde *“trabalha-se muito e a renda é pouca”*, mas principalmente a condição de subordinação a que ficam sujeitas. Na família e no assentamento estão em posições apenas secundárias.

Elas estão envolvidas com as atividades domésticas, que as absorvem totalmente numa rotina diária, em espaço dependente e subordinado da casa, marido e família. As atividades produtivas que desenvolvem, tanto nas roças como nos quintais, são entendidas como parte das *obrigações* femininas e consideradas como “ajuda” ao homem e à família.

Para dona E (47 anos), a ida para o assentamento não foi muito boa:

*“Aqui a gente anda com uns trapinhos (de roupa). Eu nunca mais ganhei dinheiro do meu suor. Construiu a casa foi com dinheiro do INCRA”* (Senhora E., 47 anos).

No caso de dona E a situação é mais difícil, pois ela trabalha de sol a sol no terreno da família cuidando de tudo; seu marido é alcoólatra e, segundo ela, “trabalha quando quer” e “não tem responsabilidade” sobre as coisas referentes ao lote. Apesar de todo esforço e dedicação ao trabalho e ao marido, dona E está absolutamente dependente dele, pois a terra e os recursos de crédito estão no nome do marido; como as atividades agrícolas são consideradas de responsabilidade masculina, ela mesma entende que faz o serviço “por ele” ou então “para ele”, não se sentindo dona do que conquistaram.

Algumas mulheres realizam, com esforço, atividades que lhes proporcionam renda, como venda de verduras e quitandas para moradores dos bairros, e pequenas vendas de varejo, objetivando garantir autonomia e individualização. Essas, no entanto, sofrem certa discriminação por parte dos vizinhos.

Muitas estão envolvidas em atividades sociais ou de gestão comunitária, porém, em posições de pouco poder de decisão.

## 6 Considerações finais

Os locais pesquisados revelam duas trajetórias femininas bem distintas. Apresentam a lógica da reprodução da agricultura familiar, mas os caminhos percorridos por cada grupo definiram posições diferentes para as mulheres. Elas têm papéis importantes em toda a trajetória da família, seja na criação dos filhos e no suporte à vida doméstica, seja trabalhando e ganhando o sustento da família.

Para o assentamento, quando houve o acampamento, a presença delas foi fundamental para que as famílias permanecessem ali, tanto por organizarem e participarem de trabalhos coletivos de produção, como, por exemplo, algumas terem se mantido empregadas, dando apoio financeiro ao marido e aos filhos que permaneciam acampados. No assentamento participam da associação, sabem dos acontecimentos e têm opiniões e posições próprias sobre os assuntos gerais que envolvem as famílias.

Mas é pequeno seu poder de influenciar as decisões, ou ao menos serem ouvidas. O caráter “invisível” de suas atividades produtivas e a subordinação da sua individualidade à família fazem com que, a princípio, se julgue que o assentamento seja lugar onde as mulheres se “re-domestiquem”, ou seja, voltem para o espaço doméstico. Ali, as mulheres dedicam-se intensamente a várias atividades de tipo doméstico, como a lida com quintal, animais, casa, filhos e, no caso dos horticultores, cuidando das roupas e alimentação dos trabalhadores contratados, e também de atividades produtivas nas roças e hortas comerciais. Essas atividades são entendidas como parte das obrigações femininas, estando subordinadas ao homem e à família.

Mesmo tendo as mulheres vivido um período de aparente ruptura da posição subordinada, por meio de certa autonomia de renda e da participação da luta pela terra, isso não foi suficiente para modificar a dominância masculina nas relações de gênero. A própria configuração do assentamento, baseado na família patriarcal, onde o homem é o chefe, o titular do lote e o responsável por tudo o que diz respeito a isso, reforça e recondiciona as mulheres para que cumpram o eterno papel secundário.

As mulheres que realizam, com grande esforço, atividades que lhes proporcionam renda, a fim de garantir mínima autonomia e individualização, estão sujeitas a discriminações por parte das pessoas, provavelmente por tomarem à frente responsabilidades “masculinas”, como a coordenação das atividades agrícolas e o destino de recursos.

Mulheres dedicam-se também às atividades sociais ou de gestão comunitária, pela participação na associação, algumas fazendo parte do corpo de direção, porém, em posições de pouco poder de decisão.

Em Boa Vista, o trabalho das mulheres no tear possibilita que elas conciliem os afazeres domésticos com atividade remunerada no meio rural, o que geralmente é difícil ocorrer, dando visibilidade econômica para parte de seu trabalho. O aumento da jornada de trabalho e das responsabilidades para com a família é consequência visível das mudanças ocorridas em suas atribuições.

O trabalho em tear permite a socialização da mulher no meio em que vive. Percebe-se que ele é reconhecido por elas próprias, na família, na comunidade e nas relações que são estabelecidas a partir disso. Elas vivem um processo de individualização dos demais membros da família, pela sua identidade profissional como artesãs, o que significa um ganho pessoal importante para a afirmação de sua cidadania, permitindo equilibrar melhor as diferenças de gênero. Mulheres que não tecem são consideradas “acomodadas”, pois ponderam que esta é uma atividade importante para “ajudar” seus maridos, uma vez que é difícil retirar todo o sustento por meio das lavouras e dos serviços dos homens.

Apesar da visibilidade de seu trabalho, as mulheres de Boa Vista explicitam sofrimento e apontam para os aspectos “secundários” do trabalho realizado por elas. Sofrem porque há um aumento substancial em sua jornada de trabalho e de suas responsabilidades para com o bem-estar da família. A renda é pequena pela quantidade de trabalho despendido; além disso, é “secundária” em relação aos itens a que se destina; é subordinada por não se poder admitir que, mesmo sendo pequena e adquirindo itens secundários, chega a ser a mais importante para a família. O preço baixo do artesanato impõe ritmo fabril à produção e, por fim, o próprio padrão estético limita a criatividade local e subordina a arte ao mercado. O não reconhecimento profissional pela legislação trabalhista prejudica as mulheres no acesso a benefícios sociais, principalmente a aposentadoria. Enquanto as mulheres rurais podem se aposentar, uma vez trabalhadoras rurais, as artesãs de Boa Vista não têm acesso a esse benefício.

O tear não só permite uma viabilização econômica, mas também permite que as mulheres abram caminhos para participação na sociedade mais ampla, para uma expressão mais cidadã. Redefine, certamente, do ponto de vista econômico, as relações de gênero. Mas esta redefinição não se efetiva: a fala das mulheres reproduz a invisibilidade: “o tear só paga a linha” - mas “paga” muito mais. Escondem delas mesmas o valor e a expressão de sua renda para a manutenção da casa e da família. Como as atividades que garantem o sustento – alimentos – resultam dos serviços de homens e filhos, estes são considerados principais. Os produtos adquiridos pelo trabalho feminino são considerados secundários, apesar de as mulheres arcarem com boa parte das despesas da família.

Diante desse cenário tão semelhante, entrevistado em comunidades rurais tão distintas, é preciso observar que a situação subordinada das mulheres ultrapassa os aspectos puramente econômicos ou políticos. Na literatura sobre gênero associa-se, em geral, a subordinação à dependência econômica, que é construída em jogos relacionais de espaço, trabalho ou mercado (Heredia, 1979). Ou, de outro lado, a dependência é construída pela privação da participação das mulheres nos espaços da cidadania (Fisher, 2000; Abramovay & Silva, 2000). Nos dois casos estudados, mulheres conseguiram viabilizar-se em atividades remuneradas (Boa Vista), movimentos emancipatórios (Assentamento Dom Orione) e organizações associativas locais (Boa Vista e Dom Orione). No entanto, os fundamentos da prática relacional discriminatória persistiram, revelando que a questão é muita mais profunda.

A superação da desqualificação da mulher não passa apenas pelo mercado ou por movimentos sociais, embora deva-se admitir que, necessariamente, passa também por eles. Ocorre que esses espaços reproduzem as relações da sociedade envolvente; assim, só a reflexão e ação específica de mulheres pode superar essa situação. Não basta apenas gerar renda; não resolve apenas militar na associação: é preciso que em Boa Vista, Dom Orione, em tantas outras comunidades rurais, as mulheres invistam em lutas mais específicas, microlocais, domésticas. São batalhas certamente mais duras que aquelas para entrar no mercado e mais demoradas que aquelas outras para conquistar a terra.

## 7 Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP - NEPO/UNICAMP - CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 347-366.

ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.

ANGULO, J. L. G. **Feira e desenvolvimento rural: o caso de Turmalina, MG**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jun., 1989.

- CARVALHO, J.A.M.; BRITO, F.; RIBEIRO, J.T. et al. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 8., 1998, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1998. p. 397-420.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de por Rosa María Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.
- FISCHER, I. R. Redefinição nas relações de gênero na família rural durante a seca. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.
- GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163 p.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Laudo de vistoria e avaliação de imóvel rural. Belo Horizonte, 1997. Não paginado.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. 1 CD-ROM.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. 325 p.
- MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 41-60, 1994.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.
- MELO, H. P.; SABBATO, A. O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.
- MEDEIROS, R. M. **Mulher, terra e trabalho: trajetórias femininas na agricultura familiar mineira nos anos 1990**. 2001. 112 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.
- MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 112 p.
- PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.
- PISA, E. C. C.; RIBEIRO, E. M. O trabalho feminino na agropecuária de Minas Gerais, 1985/1996. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 4., 1999, Viçosa. **Anais...** Viçosa: UFV, 1999. 1 CD-ROM.
- POCHMANN, M. Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil. **Revista do Legislativo**. p.38-47, abr./dez. 1999.
- RIBEIRO, E. M.; OLIVEIRA, L. Ocupação e emprego na agropecuária mineira nos anos 90. **Revista de Economia Rural**, Viçosa, v. 9, n. 6, p. 29-34, abr./jun. 1999.
- RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?** Brasília: UNESCO, 2000. 348 p.
- SINGER, P. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R.; NETO, A. C. (Orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: PUC/IRT, 1999. p. 31-45.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: FCE, 1979.

SILVA, J.G. da; BALSADI, O. V.; BOLLIGER, F. P. et al. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-40, 1996.

SILVA, J.G. da **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. 153 p. (Coleção Pesquisas, 1).

\_\_\_\_\_ O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.; SILVA, J.G. da; ORTEGA, A.C. (Orgs). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997. p. 135-165.

\_\_\_\_\_ Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P.; REYDON, B. P. **Agropecuária e agroindústria no Brasil**: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA, 1995. p. 127-149.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150p.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" no nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, n. 7, p. 41-61, fev. 1992.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas. p.35-53, jan./jun. 1990.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. Fuga a três vozes. In: **Anuário antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 89-137.

\_\_\_\_\_ **O trabalho da terra**. Brasília: UnB, 1997. ? p.